

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras pode acelerar venda de ativos	2
Título: Desestatização deve levar à revisão de marco legal.....	3
Título: Para Maia, ideia é temerária; Centrão aguarda modelo concreto	5
Título: Bolsonaro admite possibilidade de privatização da companhia.....	6
Título: Sindicatos de petroleiros sinalizam com greves	8
Título: Destaques	9
Título: Maior chance de Eletrobras vender ativos	9
Título: Light sonda Ivan Monteiro para vaga em conselho	11
Título: Ouro sobe 40% no ano com temor de recessão global e juros baixos	12
Título: O mais difícil em um programa de privatizações é executá-lo	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Com bloqueio de verbas, 13 ministérios correm risco de apagão até setembro	16
Título: Grupo brasileiro prevê refinaria de US\$ 450 milhões em Sergipe	18
Título: ‘Queremos ser céleres, mas não afoitos’	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Salles quer criar força-tarefa para Amazônia com empresas e ONGs	22
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Fim da partilha é bom para o país e a Petrobras	26
Título: Presidente: governo ‘estuda privatizar qualquer coisa’	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/08/2019****Seção: Especial****Autor: André Ramalho, Camila Maia, Raquel Brandão e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo****Título: Petrobras pode acelerar venda de ativos**

A Petrobras deve seguir com o seu programa de desinvestimentos nos próximos anos, independentemente da intenção do governo de privatizar a companhia, segundo duas fontes da estatal. Na avaliação de analistas e investidores ouvidos pelo **Valor**, a perspectiva de privatização da holding pode ajudar, inclusive, a acelerar o plano de venda de ativos, uma vez que traça um cenário futuro mais favorável à competição entre participantes privados do segmento de óleo e gás.

O entendimento, dentro da petroleira, é que a situação financeira da estatal e os compromissos assumidos com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para venda de refinarias e ativos de gás natural a obrigam a manter seus esforços concentrados nos desinvestimentos.

A eventual mudança de status da Petrobras para uma companhia de controle privado não muda o fato de a empresa ser um agente dominante no mercado de óleo e gás, e é papel do Cade combater práticas anticompetitivas.

A Petrobras toca, atualmente, um extenso programa de desinvestimentos, sendo o principal motor para a redução do seu endividamento. Além da venda de seus ativos de transporte e distribuição de gás, a empresa assumiu o compromisso junto ao Cade para vender oito de suas refinarias, que respondem por metade de sua capacidade instalada. A petroleira também tem planos de vender a Liquigás, fábricas de fertilizantes e uma série de campos maduros em águas rasas e em terra.

As vendas de ativos também ajudam a melhorar a alocação de capital da petroleira, assim como sua taxa de retorno de investimentos. A melhoria da rentabilidade da empresa seria, nesse sentido, um elemento favorável para a União, na valorização de seu ativo.

O cenário preferido por investidores e analistas para a privatização é aquele no qual a companhia seja privatizada e não tenha controlador definido. A privatização da BR Distribuidora é uma experiência que deve servir de referência. A estrutura pensada para a privatização da Eletrobras, com limitação

de poder de voto a 10% das ações e uma "golden share" para a União com poder de veto em questões previamente definidas, também pode ser emprestada à Petrobras.

Há também a possibilidade de que uma fatia da Petrobras seja vendida para um único investidor. Segundo o analista do Bradesco BBI Vicente Falanga, a possibilidade de privatização da Petrobras movimenta "uma lista de potenciais compradores para esse atrativo ativo de classe mundial, incluindo concorrentes internacionais, participantes financeiros e participantes do mercado". Ele acredita que empresas que tenham interesse no pré-sal seriam as principais interessadas na aquisição.

Para um analista que falou sob condição de anonimato, o cenário de aquisição da Petrobras por um único comprador nem sequer deveria ser considerado, já que a formação de uma empresa de capital diluído seria benéfica para o ambiente de competição no setor.

O cenário de privatização de todo modo, abre espaço para a valorização das ações da Petrobras. O preço das ações da companhia, segundo o Bradesco BBI, poderia dobrar. Falanga calcula que o recibo de ação da estatal negociado em Nova York poderia chegar ao valor aproximado de US\$ 25. Já os preços da ação preferencial da empresa poderiam atingir um patamar de R\$ 50 a R\$ 55, ante os R\$ 25,22 registrados ontem.

Na avaliação do UBS, apesar da animação com a privatização, ainda há muitas etapas até a venda ser concluída, como mudanças no monopólio do refino e do gás natural e a discussão da desestatização no Congresso. Em relatório assinado pelo analista Luiz Carvalho, o UBS, que tem mencionado a possibilidade de privatização desde fevereiro deste ano, apontou que o cenário seria positivo, à medida que facilitaria a resolução de algumas questões, como a criação de uma política de preço livre e a redução da estrutura de custos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Especial

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Desestatização deve levar à revisão de marco legal

Uma eventual privatização da Petrobras deve desencadear, nos próximos anos, uma discussão mais profunda, no Congresso, sobre a revisão do marco legal do setor de óleo e gás. Na avaliação de especialistas, o fim do direito de preferência da estatal na aquisição de áreas do pré-sal e até mesmo do próprio regime de partilha pode ganhar força daqui para frente.

Para a pesquisadora da FGV Energia Fernanda Delgado, o debate sobre a privatização da maior estatal do país, naturalmente, "abre o flanco" para a rediscussão do arcabouço regulatório do setor. Ela destaca a importância de que o assunto seja tratado de forma cuidadosa e aprofundada, no Congresso. "Dá a sensação de que uma nova alteração no marco legal [nove anos após a Lei da Partilha, de 2010] possa trazer um clima de instabilidade que não contribui para a atração de investidores."

Independentemente do sucesso do governo em conseguir privatizar a petroleira, ela vê como positiva a discussão sobre a desestatização da empresa. "Antes, esse assunto era um tabu, não havia espaço para debate", afirma.

Na visão do sócio do BMA Advogados José Guilherme Berman, a tendência é que a privatização da Petrobras e a rediscussão do marco do setor caminhem em paralelo. Ele acredita, porém, que a revisão das regras da partilha tende a avançar com menos dificuldade. "É importante que essa discussão sobre mudanças no marco ocorra antes da privatização, para dar segurança a investidores", afirmou.

O sócio-líder de óleo e gás da KPMG, Anderson Dutra, lembra que mudanças regulatórias têm potencial para impactar diretamente a própria valoração da Petrobras. Segundo ele, a escolha do marco ideal é um "cálculo complexo" e que depende do modelo de privatização a ser adotado.

Segundo ele, se a opção do governo for por vender lotes de suas ações na empresa, em bolsa, para investidores financeiros, "pode fazer sentido" acabar com o regime de partilha e trabalhar apenas com concessões. Para ele, a concessão tende a ser mais atrativa.

"Na concessão, o ganho de eficiência é da empresa. No contrato de partilha, a empresa é reembolsada pelos custos, isso tende a não incentivar a eficiência", disse. Já o fim do direito de preferência da Petrobras nos leilões de partilha, caso o regime seja mantido, pode impactar negativamente o valor da estatal para efeito de venda.

Para a economista, advogada e ex-diretora da área de desestatização do BNDES, Elena Landau, o direito de preferência para a Petrobras nos leilões de partilha deveria ser excluído independentemente da privatização. Se a desestatização for efetivada, a cláusula perde ainda mais o seu sentido. Ela também considera importante que o novo marco do gás natural esteja já definido no momento em que a Petrobras for privatizada.

A revisão do marco do pré-sal é assunto que frequentemente entra na pauta da indústria de óleo e gás. Nesta semana, o presidente da Petrobras, Roberto

Castello Branco, destacou que o Brasil precisa acabar com o regime de partilha, ou ao menos flexibilizar o modelo.

Pelo modelo de partilha, as empresas destinam parte do volume de óleo que produzem para a União e ainda pagam royalties, com base em uma alíquota de 15% - superior à alíquota de até 10% prevista no regime de concessão. Na partilha, por outro lado, as petroleiras não pagam participações especiais (compensação financeira que incide sobre os campos de maior produtividade). A administração de contratos de partilha é considerada mais complexa.

"Temos que ou mudar a Lei do Pré-sal, acabar com a partilha, ou então, num movimento mais moderado, acabar com o polígono do pré-sal e deixar à escolha da autoridade o regime de concessão ou partilha [das áreas licitadas]", disse Castello Branco, na terça-feira.

A intenção por trás da flexibilização da partilha é permitir que áreas de menor atratividade, como ativos do pós-sal situados no polígono, sejam licitadas sob o regime de concessão. Na visão de parte da indústria, campos de menor produtividade têm mais dificuldade de se viabilizarem economicamente no modelo de partilha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Especial

Autor: Cristiane Agostine, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Murakawa | De São Paulo e de Brasília

Título: Para Maia, ideia é temerária; Centrão aguarda modelo concreto

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro privatizar a Petrobras até o fim do mandato, em 2022. Para Maia, é "temerário" o governo falar em privatizar uma empresa de capital aberto sem antes avisar os acionistas.

Segundo ele, a venda da Eletrobras foi tratada de forma diferente pelo governo e, por isso, apoia a privatização. "Qualquer outro que a gente fale que tenha ações listadas parece risco desnecessário por parte daqueles que têm vocalizado esse tema."

Ele disse ter se reunido com membros do governo na quarta-feira e que não foi informado sobre a possibilidade de privatizar a Petrobras. "O correto é focar na Eletrobras, avaliar a situação, se de fato perdeu capacidade de gerar condições de investir."

Se Maia demonstra contrariedade com a venda da Petrobras, líderes dos partidos de centro não esboçam resistência prévia à ideia, mas dizem que é preciso avaliar o modelo que o governo vai propor antes de antecipar uma posição. "Tem muita conversa e pouca coisa concreta. Essa é a verdade", disse o líder do PTB, Pedro Lucas (MA).

A maioria dos líderes ouvidos pelo **Valor** vai na mesma linha: é preciso que o governo apresente uma proposta para debater em cima e avaliar se a privatização, seja com o governo abrindo mão do controle da empresa, mas mantendo ações, como deseja fazer na Eletrobras, seja com a venda completa da companhia, é o melhor para a sociedade brasileira.

Eles lembram que a empresa tem papel importante na definição de preços dos combustíveis, geração de empregos, arrecadação de impostos e no fomento a investimentos e desenvolvimento regional, mas que discutir a possibilidade de privatização não é mais um "tabu" desde que a Operação Lava-Jato mostrou desvios bilionários na empresa.

Vários líderes, contudo, restringem seus comentários aos bastidores e dizem que não querem se desgastar sem que o governo apresente uma proposta concreta - parte deles acredita, inclusive, que o pacote de privatizações é muito ambicioso, dependerá de uma série de autorizações do Legislativo e que a venda da maior estatal nem chegará a ser proposta.

Para o líder do Cidadania na Câmara, deputado Daniel Coelho (PE), ninguém no partido é contra privatizações, mas nesse caso é preciso avaliar o modelo e os gargalos que possa gerar.

O líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO), afirmou que a discussão tem que ser feita com muita cautela. "Tenho a impressão de que vai começar com as subsidiárias, que não precisam de autorização legislativa, para mostrar que esse modelo dá certo e depois partir para um debate mais amplo", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Especial

Autor: Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Bolsonaro admite possibilidade de privatização da companhia

O presidente Jair Bolsonaro admitiu ontem a possibilidade de privatizar a Petrobras ao longo de seu governo, mas disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, "não mostrou ainda" uma proposta para a venda da empresa. Na quarta-feira, membros da equipe econômica disseram ao **Valor**, em condição de anonimato, que a medida está em estudo. Para Bolsonaro, "a ideia é abrir o Brasil".

"Vamos ver a proposta que vai ser apresentada para mim. Vamos ver a proposta que vai chegar até mim, daí eu falo. Paulo Guedes não mostrou ainda", afirmou Bolsonaro ao deixar o Palácio da Alvorada na manhã de ontem.

Questionado se há estudo da medida em curso, Bolsonaro respondeu: "Estuda tudo. Tudo o governo estuda. Precisamos nos preparar para qualquer coisa. Estuda privatizar qualquer coisa no Brasil. Tudo é estudado, tudo é levantado, tudo é discutido. Você vai ter que analisar custo-benefício, o que é bom para o Brasil e o que não é".

Questionado sobre se concorda com a venda, afirmou: "Vamos ver a proposta quando chegar para mim. Aí eu falo". O presidente disse ter recebido queixas em suas redes sociais de que o preço da gasolina na bomba não reflete as quedas nas refinarias.

"Eu quero saber por que o preço diminui na refinaria, que está diminuindo, e na ponta não diminui. O que a gente tem que fazer para esse preço chegar na ponta? Se está havendo cartel ou não está, não posso acusar", afirmou.

Depois, o presidente se irritou com uma pergunta sobre se sua declaração não configuraria interferência na política de preços da Petrobras.

"Interferência na política de preços? Pelo amor de Deus. Que pergunta, né? É uma estatal? Qual o objetivo, qual o fim social da estatal? É atender melhor a população. Em nenhum momento eu falei 'abaixa o preço aqui, lá, acolá'. É uma coisa, uma percepção que o povo todo, nas minhas mídias sociais, tem reclamado", afirmou. "Não é interferência, eu quero saber o que está acontecendo."

Depois, Bolsonaro voltou a queixar-se de como suas declarações e medidas para trocar dirigentes de empresas são interpretadas. "Se um dia eu demitir alguém na Petrobras, é interferência? Me elegeram presidente para quê? Para manter a turma do PT que estava lá? É isso?", afirmou. "Eu não posso trocar nome de ninguém agora porque tudo é interferência. Se for pra manter as mesmas pessoas, eu não deveria ser presidente." Bolsonaro disse que seu governo "estuda privatizar qualquer coisa".

"Tudo é levantado, tudo é discutido. Você vai ter que analisar o custo-benefício, o que é bom para o Brasil o que não é. Tudo pode ser estudado", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Especial

Autor: Gabriel Vasconcelos | Do Rio

Título: Sindicatos de petroleiros sinalizam com greves

Sindicatos de petroleiros ouvidos pelo **Valor** alertam que o aceno de membros do governo à possível privatização da Petrobras "esquentou" os ânimos da categoria em todo o país. O anúncio sobre "estudos objetivos" com este fim tende a turbinar a agenda de mobilização, ainda em gestação, resultando em uma greve nos moldes das observadas em 1995 e 2015, afirmam sindicalistas.

Segundo representantes dos petroleiros, sindicatos locais têm registrado rejeição massiva às contrapropostas da estatal referentes ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) pelo dissídio da categoria. Somada a essa conjuntura, as declarações sobre uma eventual venda da empresa teriam criado um terreno fértil para uma greve.

As praças votam até o fim do mês se aceitam ou não os termos da Petrobras. Segundo a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), em pelo menos 18 de suas bases a proposta da empresa foi rechaçada com boa margem de votos.

Para o representante da FNP Adaedson Costa, a privatização total da Petrobras tem sido encarada como possibilidade concreta pelos sindicatos. "Desde que o STF deu aval à venda de ativos sem consulta ao Congresso, tudo é possível. Embora só valha para subsidiárias, sabemos que isso é relativo e privatizar tudo só depende de manobras administrativas", afirma.

Deyvid Bacelar, do Sindipetro Bahia, acredita que a agenda do governo desencadeará uma reação que pode levar à maior greve da história do sistema Petrobras. "A verdade é que a empresa já está sendo vendida. Colocar na lista [de empresas a serem privatizadas] só formalizaria o que o governo já está fazendo", diz.

"Estamos em mobilização ascendente até chegar no clímax, a greve. Hoje mesmo na RLAM [Refinaria Landulpho Alves, na Bahia], fizemos uma mobilização com mais de 500 concursados entre nós. No fim do mês haverá seminários de preparação de greve organizados pela FUP [Federação Única dos Petroleiros] e FNP", afirma.

Representante do Sindipetro do Norte Fluminense, no Rio, Tezeu Bezerra afirma que a reação ainda é pontual, com a realização de assembleias locais. Mas ele admite a dificuldade de promover uma greve ancorada na ameaça de privatização, alvo de reveses no Tribunal Superior do Trabalho (TST). No ano passado, o TST julgou como "abusivos" movimentos contra vendas de ativos da Petrobras por terem cunho político e impôs pesadas multas aos sindicatos. "É difícil, mas é preciso ter claro de que essa luta vai acontecer de qualquer jeito", diz. "Não aceitaremos quietos. Os petroleiros vão resistir, como fizemos em 1995", completa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Aquisição da Shell

A Shell fez um acordo para comprar a ERM Power, uma das maiores fornecedoras de eletricidade para os setores industrial e corporativo da Austrália, dando sequência à estratégia de expandir sua presença no país. A ERM Power foi avaliada em 617 milhões de dólares australianos (US\$ 418,4 milhões), considerando a oferta de 2,465 dólares australianos por ação, feita pela Shell, informou a Dow Jones. A proposta representa um prêmio de 43% ante o fechamento das ações da ERM na quarta-feira. A presidente da Shell na Austrália, Zoe Yujnovich, disse que a aquisição está alinhada com a estratégia de expandir suas operações de energia e construir um mercado para comercialização de gás na Austrália.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Maior chance de Eletrobras vender ativos

O novo programa de venda de participações em sociedades de propósito específico (SPEs) da Eletrobras deve ter resultado melhor que a versão lançada no ano passado, de acordo com a opinião de especialistas ouvidos pelo **Valor**. O otimismo se deve à nova modelagem de venda de ativos da estatal, semelhante

à sistemática implementada pela Petrobras, que permite ao investidor propor o preço que ele acha adequado para o ativo, ampliando a concorrência.

No programa atual, o processo é feito por etapas, desde o lançamento do alerta de venda ("teaser") até a apresentação de documentos e a entrega da proposta econômica pelos ativos. Estão sendo ofertadas participações em 38 SPEs de geração de energia eólica e em uma SPE de transmissão de energia, divididas em seis lotes.

A versão anterior do plano de venda de SPEs consistiu na realização de um leilão presencial, em que a Eletrobras estabeleceu um valor inicial pela venda dos lotes. Dos 18 lotes ofertados, que englobavam 71 participações em SPEs, apenas 11 foram negociados.

Segundo Thaís Prandini, diretora da consultoria Thymos Energia, no leilão do ano passado as regras eram mais restritivas e acabaram afastando alguns investidores, enquanto na nova versão os interessados terão mais liberdade para propor ofertas.

"A parte boa desse novo programa é que mudou um pouco o esquema, comparado com o passado. Isso faz com que tenha mais competitividade, que significa mais chance de o lote ser arrematado. Houve um aprendizado muito grande com aquela experiência", afirmou a consultora.

A opinião da especialista é compartilhada pelo coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro.

"Indubitavelmente, essa metodologia de receber ofertas e não fixar preços é mais inteligente, prática e objetiva", afirmou. "Isso permite que o mercado faça essa análise e estabelece uma competição em cima disso."

Castro também entende que a venda desses ativos é positiva. "Se desfazer disso é bom negócio para a Eletrobras. Ao mesmo tempo, ela reduz o endividamento e se torna mais enxuta, para o objetivo maior de privatização [da holding]", disse.

Na última semana, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, afirmou que a estatal recebeu manifestação de interesse para todos os lotes colocados à venda. Na ocasião, disse não ter uma estimativa de quando os recursos entrarão no caixa da companhia e nem dos valores, mas afirmou que, com base no edital do leilão feito no ano passado, os ativos são avaliados em mais de R\$ 1 bilhão.

No leilão de 2018, a empresa levantou R\$ 1,3 bilhão, o equivalente a 42% dos R\$ 3,1 bilhões previstos.

Com relação ao processo deste ano, a diretora da Thymos disse esperar maior concorrência pelos dois primeiros lotes, que envolvem a venda de participações majoritárias nos ativos. No primeiro lote, a Eletrobras está vendendo uma fatia de 78%. No segundo, é oferecida participação de 99,99%. Nesses casos, quem comprar assumirá o controle operacional dos ativos.

Para os terceiro e quarto lotes, a expectativa é que o atual sócio da Eletrobras, a Contour Global (51%), exerça o direito de preferência pelas fatias de 49% à venda. Pelo processo, a companhia também pode exercer a preferência caso um competidor ofereça um valor mais alto pelo negócio. Nesse caso, ela deverá igualar a oferta.

O quinto lote é o que gera mais preocupação: uma SPE de geração eólica em que a Eletrobras tem 49% e a Petrobras, 51%. Pelo histórico de desinvestimentos da petroleira, é pouco provável que ela faça uma oferta pelo ativo. Provavelmente, o investidor interessado no ativo deverá negociar a aquisição da fatia da Petrobras, após adquirir a participação da estatal elétrica.

Questionada pelo **Valor** se teria interesse no negócio, a Petrobras não se manifestou sobre o caso.

O último lote é o único relativo a um projeto de transmissão de energia. Trata-se do terceiro trecho do linha Tucuruí - Manaus, de 586 km de extensão. A Eletrobras detém 49% do projeto, em parceria com a Seville Transmission (51%).

Pelo cronograma do processo, uma comissão da Eletrobras estava prevista para concluir, ontem, a análise da documentação entregue pelos proponentes inscritos. As propostas econômicas deverão ser apresentadas em 4 de outubro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Light sonda Ivan Monteiro para vaga em conselho

O ex-presidente da Petrobras Ivan Monteiro foi sondado para ocupar uma vaga no conselho de administração da Light, apurou o **Valor** com três pessoas que acompanham a situação. Outro nome que também deve ser convidado em breve é o de Firmino Sampaio, presidente do conselho da Equatorial Energia.

A escolha de Monteiro e Sampaio se deu pela experiência bem-sucedida de ambos na recuperação financeira e operacional de companhias.

Monteiro é considerado um executivo experiente na recuperação financeira de empresas problemáticas - a redução do endividamento da Petrobras é creditada, em grande parte, a ele.

Firmino Sampaio, por sua vez, teve grande participação na recuperação operacional da Celpa, distribuidora de energia da Equatorial no Pará, que tem um problema em comum com a Light: o elevado nível de perdas de energia por furto ou fraude. Esse é o principal problema enfrentado pela Light hoje, e a ida de Firmino para o conselho da companhia deve ajudar a estabelecer uma estratégia de combate.

Desde julho, quando foi concluída uma oferta subsequente de ações da Light, a Cemig deixou de ser controladora da companhia, mas ainda é sua maior sócia, com 22,6% de participação. Em seguida, aparece a BNDESPar, com 6,3% das ações.

Como não há mais controlador, a sondagem dos dois novos conselheiros está sendo feita em consenso com os principais sócios da Light. Segundo fontes, a Cemig liderou o processo, mas em conjunto com os principais acionistas, que receberam muito bem os nomes, considerados "excelentes", nas palavras de um gestor.

Caso a vinda de Monteiro ou Sampaio não dê certo por algum motivo, a Light deve buscar nomes com perfil semelhante.

Para a fazer a mudança é preciso ser convocada uma assembleia geral extraordinária (AGE), na qual os acionistas aprovarão ou não as alterações. Não ficou claro se serão vagas adicionadas ao colegiado ou substituições.

O conselho de administração da Light tem nove membros. Há três indicados pela Cemig: Cledorvino Belini e Maurício Fernandes, respectivamente presidente e diretor financeiro da estatal mineira, além de Antonio Junqueira, sócio fundador da Vinland Capital. Os demais conselheiros são independentes, com exceção de Carlos Alberto da Cruz, que é representante dos empregados no colegiado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Finanças

Autor: Júlia Lewgoy | De São Paulo

Título: Ouro sobe 40% no ano com temor de recessão global e juros baixos

Medo de recessão global e queda de juros elevaram demanda por ouro nos últimos meses. A lógica por trás disso é que o metal precioso é considerado um ativo seguro em tempos de turbulência e pode se movimentar em sentido oposto às ações de empresas listadas em bolsas e a títulos de dívida, como títulos públicos. Se a bolsa e os títulos caem, o ouro sobe - e vice-versa.

Os bancos centrais aumentaram sua compra de ouro no primeiro semestre do ano, como forma de proteção, para garantir que poderão honrar seus compromissos financeiros. Ao mesmo tempo em que o crescimento econômico no mundo dá sinais de desaceleração, os juros em diferentes países estão em baixas históricas, inclusive no Brasil.

No Brasil, em 2019, o ouro de 250 gramas - o padrão negociado na bolsa - já subiu 40%. É quase o triplo do desempenho do Ibovespa, o índice de referência da bolsa brasileira, que se valorizou quase 14%.

O ouro disparou no último mês, com a piora das expectativas em relação ao cenário econômico global. Nos últimos 30 dias, o ouro teve alta de 24%, enquanto o Ibovespa caiu quase 4%.

"As perspectivas do investimento em ouro são bastante positivas. Com essa corrida de queda de juros e dado o cenário de piora da economia global, a tendência é que a demanda continue alta", diz Ricardo Kazan, sócio e gestor da Novus Capital.

No Brasil, há várias formas de investir em ouro. Além da opção de comprar o ouro físico, é possível adquirir contratos de ouro em bolsa ou aplicar em fundos lastreados em ouro.

O ouro não rende juros nem dividendos, mas é uma reserva de valor de forma consistente, com alta liquidez. Diferentemente de outros investimentos, o metal possui um lastro físico, consolidado há séculos, e não é devido por um governo ou um banco. Por isso, é visto como uma forma de proteção para quem quer ter uma carteira de investimentos balanceada, especialmente para quem investe em bolsa.

No entanto, assim como ações, o ouro pode apresentar bastante volatilidade de preços.

Recentemente, em entrevista à agência Bloomberg, o megainvestidor Mark Mobius, fundador da Mobius Capital Partners, recomendou que investidores

comprem ouro a qualquer nível e tenham pelo menos 10% no portfólio. "Eu amo ouro", disse ele.

O ouro é indicado para quem já possui outras aplicações financeiras de risco. "É um instrumento de proteção para quem investe em bolsa e quer balancear sua carteira, mas não é um investimento fácil", diz Sandra Blanco, consultora de investimentos da corretora Órama, que tem um fundo de ouro. Ela recomenda ter, no máximo, 5% do dinheiro aplicado em ouro.

É possível comprar barras de ouro lacradas, de diferentes pesos, em empresas autorizadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Entre as mais conhecidas, estão a Ourominas, a Parmetal e a Carol DTVM.

Em vez de manter o ouro em casa, o investidor pode comprar contratos financeiros de ouro na bolsa. O principal contrato, equivalente a uma barra de 250 gramas, custa mais de R\$ 50 mil.

É possível investir por corretoras e pagar taxas de custódia e de negociação. No entanto, além de bastante dinheiro, esse investimento exige certo conhecimento do mercado financeiro.

Os lucros com investimentos em ouro são isentos de Imposto de Renda até R\$ 20 mil. Depois, o tributo é de 15% do ganho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/08/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: O mais difícil em um programa de privatizações é executá-lo

O governo anunciou a inclusão de nove empresas estatais candidatas a serem privatizadas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em um total que agora chega a 17. Entraram na lista além de Correios, Telebras e Eletrobras, portos, creches inacabadas, presídios e parques nacionais, como os do Lençóis Maranhenses e Jericoacara. O anúncio ganhou mais destaque pela intenção declarada de privatizar uma estatal que não está na lista e não se sabe se um dia estará: a Petrobras.

De maneira geral, a privatização melhora a produtividade da economia, tende a ampliar a concorrência em alguns setores, deixa de pressionar o caixa do Tesouro, que sustenta várias delas, e permite ao Estado se concentrar naquilo que é sua função, como promover melhor educação, saúde e segurança. O

Estado brasileiro tem 135 estatais, que detêm um patrimônio líquido de R\$ 655 bilhões. Mas em 2017, 22 delas possuíam patrimônio negativo.

O governo de Bolsonaro gosta de jogar no ar números espetaculares e irreais, como já o fez com R\$ 1 trilhão almejado para a venda de estatais e imóveis da União. Ontem, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que a inclusão de novas estatais no PPI e outros projetos aumentariam a carteira do programa em R\$ 800 bilhões - para R\$ 2 trilhões.

É mais fácil propagandear as privatizações do que executá-las, ou inclui-las em programas oficiais do que sair deles. Em patrimônio, apenas cinco gigantes - Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa e BNDES - somam R\$ 602,5 bilhões dos R\$ 655 bilhões de todo o universo estatal. Com exceção da Eletrobras, e da futura venda de ações que mantenham o Tesouro como acionista majoritário do Banco do Brasil - receita estimada de R\$ 1 bilhão -, as empresas relevantes estão fora dos propósitos de curto prazo do governo. Os números sugerem que boa parte das demais estatais pode não ter valor de venda e precisem ser liquidadas ou absorvidas.

"O importante não é o timing, é a atitude", disse Salim Mattar, secretário de Desestatizações, Desinvestimentos e Mercados. A atitude é positiva, confronta a herança de 12 anos de governos petistas, quando prevaleceu o viés estatizante, e resgata o elo modernizador com as privatizações dos anos 90. Mas, além de atitude, é preciso competência técnica e política. É importante convencer a opinião pública e o Congresso - que terá de autorizar a venda dos Correios e da Petrobras, por exemplo. Será preciso ainda convencer o presidente, novato nas hostes do liberalismo.

A inclusão no PPI não é segurança de privatização. "Quando entra no programa não temos certeza de que aquilo seja viável", diz o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. Até estatais que pareciam prontas para passar para mãos privadas não o fizeram. É o caso da Eletrobras, cuja venda vem sendo preparada desde o governo Temer e que se ocorrer, será em 2020. Privatizar os Correios, que tem 103,6 mil funcionários, exigirá aprovação do Congresso, processo incerto e demorado que entrará 2020 adentro. A Lotex foi posta à venda, mas não encontrou compradores ao preço oferecido, de R\$ 1,2 bilhão.

O que acontece com os investimentos em infraestrutura pode servir de exemplo de realismo para o otimismo oficial. Parcerias e marcos regulatórios para estradas, ferrovias e saneamento estão sendo planejados há anos, mas os investimentos urgentes, tanto para pôr fim à deterioração dos ativos como para empurrar a letárgica economia para frente, simplesmente não avançam. E estão há muito mais tempo no PPI.

A Petrobras executa com rapidez seu programa de privatizações, ao passar este ano R\$ 72 bilhões em ativos para as mãos da iniciativa privada, as transportadoras de gás, ou pulverizar o capital da BR Distribuidora. Com gestão técnica e sem politicagem, a empresa equaciona seu endividamento e voltou a ter bons lucros, em um trabalho iniciado na gestão anterior. A estatal abre espaço à concorrência em vários setores que monopolizava, para se concentrar em exploração e produção. Com pleno domínio da tecnologia e um mar de petróleo do pré-sal a ser explorado, as resistências à sua venda serão ainda maiores do que sempre foram. Desde Getúlio Vargas ninguém fez tentativa séria de vendê-la, lembra o especialista Adriano Pires. O ministro Paulo Guedes quer, mas é possível que o coração de Bolsonaro não balance com isso.

É importante que as privatizações ocupem um papel de destaque na agenda do governo. Ele será cobrado pela eficiência em fazê-lo e pelos resultados que obtiver. É um desafio que prescinde de bravatas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/08/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Com bloqueio de verbas, 13 ministérios correm risco de apagão até setembro

"Shutdown". Além de pastas como Infraestrutura, **Minas e Energia** e Defesa, estão também em situação crítica órgãos como Cade, CGU e Antaq, aponta levantamento feito pelo "Estado"; contingenciamento é de R\$ 34 bi e governo busca alternativas para ampliar receita

Um grupo de 13 ministérios e órgãos do governo federal está com a faca no pescoço e deve entrar entre agosto e setembro num quadro de "apagão" pela penúria de recursos. Outros nove ministérios estão em situação apertada e começarão a ter que "desligar" serviços e programas por falta de dinheiro entre outubro e novembro, mostra levantamento feito pelo "Estado" com base no que foi autorizado em gastos do orçamento de cada órgão.

Os ministérios e órgãos em situação mais crítica são os de Infraestrutura, Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Advocacia- Geral da União, Minas e Energia, Defesa, Ciência, Tecnologia, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Cade, Controladoria-Geral da União, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Desenvolvimento Regional. Há risco de desligamento também de serviços da Receita e atrasos maiores no Minha Casa, Minha Vida.

Na faixa 1 (para famílias com renda de até R\$ 1,8 mil) do programa habitacional, o atraso dos pagamentos subiu para 70 dias. O nível de comprometimento de despesas na Antaq já chega a 99,9%. Ou seja, o agência terá dificuldade para contratar novos gastos. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe, em reunião na quarta-feira, apresentaram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e a um grupo de deputados um plano para conseguir R\$ 20 bilhões em receitas para desafogar o Orçamento e conseguir dar um socorro aos ministérios.

Maia já tinha alertado para a gravidade da situação: ou o governo aumenta a receita em 40 dias ou terá que propor a mudança da meta fiscal, que hoje permite déficit de até R\$ 139 bilhões, para conseguir desfazer uma parte do contingenciamento e evitar uma situação de caos, com paralisação de serviços, situação conhecida com "shutdown". A reportagem apurou que Guedes é contra a mudança de meta e está buscando ampliar as receitas rapidamente, o que inclui a antecipação de pagamentos de R\$ 13 bilhões em dividendos pelo BNDES e pela Caixa. Outras medidas estão sendo pensadas para evitar o apagão, como o uso de reservas e "arrecadação extra".

O problema para o governo é o tamanho do bloqueio, que já chega a R\$ 34 bilhões. Ele pode aumentar em setembro porque o desempenho Produto Interno Bruto (PIB) não tem reagido, o que tem obrigado o governo fazer seguidas redução da previsão de receitas.

"Escancarar". A estratégia traçada pelo ministro Paulo Guedes é "escancarar" a situação. Portaria do Ministério da Economia, publicada ontem, prevê desde a limitação do expediente dos funcionários até a suspensão do tradicional cafezinho servido na pasta para priorizar sistemas de atendimento ao cidadão, como os da Receita Federal e do INSS. O órgão que paga as aposentadorias e pensões deve ficar sem dinheiro para quitar a conta de luz já a partir de setembro. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, e o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, têm sido os principais porta-vozes do quadro dramático que vive a Esplanada. Planos de contingência estão sendo feitos pelos ministérios.

O presidente Jair Bolsonaro já foi avisado da situação e tem, em seguidas entrevistas, apontado para a falta de dinheiro. O levantamento do Estado mostra que, se nada for feito até setembro, quando haverá a necessidade legal da terceira revisão do Orçamento, um novo bloqueio poderá ser necessário. Segundo um integrante da equipe econômica, o dilema é que o governo espera mais dinheiro no final do ano com o megaleilão de petróleo, marcado para novembro, mas precisa sobreviver até lá. O dinheiro que está preso por conta do fenômeno do "empocamento", quando os ministérios não conseguem

executar um conjunto de gastos carimbados apesar da verba disponível, não pode ser usado para aliviar o contingenciamento.

Com parte de seus recursos contingenciada, o Exército poderá ser obrigado a dispensar pelo menos 25 mil dos 80 mil recrutas no início de outubro, antecipando a primeira baixa, que estava prevista para dezembro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/08/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Grupo brasileiro prevê refinaria de US\$ 450 milhões em Sergipe

Com fim do monopólio da Petrobrás, a novata Noxis Energy quer produzir bunker, tipo de combustível para navios

O Brasil pode ganhar uma nova refinaria em Sergipe, a brasileira Noxis Energy. Caso o modelo dê certo, o projeto poderá ser replicado em mais três estados, provavelmente Espírito Santo, Maranhão e Amapá, informou ao Estadão/Broadcast um dos líderes do empreendimento, Luiz Armando Vasconcelos. O projeto traz para o Brasil o conceito de mini refinarias de bunker (combustível de navios) com baixo teor de enxofre para exportação que será de uso obrigatório a partir de janeiro.

A Petrobrás já produz o novo combustível e realizou a primeira entrega em julho. Ainda em fase de captação de recursos, o projeto é estimado em US\$ 450 milhões (R\$ 1,8 bilhão). A Noxis prevê obter a licença prévia até a semana que vem, segundo Vasconcelos, que já trabalhou no passado na problemática Manguinhos, uma das poucas refinarias privadas do País e que mudou seu nome para Refit. O plano da Noxis é começar com uma refinaria com capacidade para processar 25 mil barris diários de petróleo importado, com produção dividida em bunker (50%), diesel (40%) e o restante de gasolina.

Se o modelo de negócio der certo, outras três unidades poderão ser construídas, totalizando US\$ 1,8 bilhão (R\$ 7,2 bilhões) em investimentos. Competição. A abertura de outras novas refinarias no País, porém, ainda deve demorar para se concretizar, disse o professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ Edmar Almeida, que vê com bons olhos a iniciativa da Noxis. "A margem do bunker é maior, principalmente porque não houve tempo para o setor de refino se adaptar às novas regras", diz. Segundo Almeida, existe espaço para novas refinarias no Brasil. A própria Petrobrás tinha planos de abrir duas, no Maranhão e no Ceará – projetos que não foram adiante.

"A margem do refino depende muito da logística. No Centro-Oeste e no Norte, por exemplo, tem crescimento de demanda, mas são projetos de custo elevado", afirma. A Petrobrás havia anunciado a venda de oito refinarias, mas oficializou a venda de quatro inicialmente. Para Almeida, somente depois do resultado desse processo, o mercado deve se animar a expandir o processamento de petróleo no País. Refino privado. Outra refinaria privada, a DaxOil, disse ao Estadão/Broadcast que não tem interesse nas refinarias da Petrobrás. Instalada no polo de Camaçari, na Bahia, porém, a empresa pensa em expandir o volume atual de 5,5 mil barris diários. "Com a perspectiva de novos leilões, a oferta de óleo para a DaxOil deverá aumentar, e estamos pensando em ampliar nossa capacidade produtiva", informou, sem dar detalhes.

Já a Refit, que existe desde 1954, produziu em 2018 um volume médio de 47,4 milhões de litros de gasolina A, que vendeu para distribuidoras regionais. A empresa não quis antecipar planos de produção, alegando negociar ações em Bolsa. Já a Refinaria Riograndense, no Rio Grande do Sul, com capacidade de 17 mil barris por dia, preferiu não se pronunciar sobre as perspectivas do mercado após os desinvestimentos da Petrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/08/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Anne Warth / BRASÍLIA

Título: 'Queremos ser céleres, mas não afoitos'

Entrevista

Salim Mattar, secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia

Secretário rebate críticos e nega que anúncio de lista de empresas que vão ser vendidas pela União tenha sido "tímido"

Um dia depois do anúncio do primeiro grupo de empresas que serão privatizadas pelo governo Jair Bolsonaro, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, avisa que o governo será "célere, mas não afoito" no programa de privatização das estatais. Em entrevista ao Estado, Mattar informa que até o final do ano o governo deverá anunciar dois outros lotes de estatais que poderão ser vendidas, mas que não estarão incluídas as chamadas joias da Coroa – Banco do Brasil, Petrobrás e Caixa. "Tudo tem seu tempo", diz. Mattar rejeita as críticas de que o anúncio foi tímido e diz que o governo colocou na

lista alguns "ícones": Correios, Telebrás, Serpro e Dataprev. Leia a seguir os principais pontos da entrevista:

Para o sr., que é apontado como o mais liberal dos liberais da Esplanada, o anúncio de ontem foi tímido?

Não é tímido. Tem um provérbio chinês que diz que uma grande caminhada começa com um primeiro passo. Temos ainda 130 estatais a vender. Já vendemos esse ano seis: Pasadena, Distribuidora do Paraguai, Tag, BR Distribuidora, Stratu e BBTur. Começamos o ano com 134 estatais. Pasadena por ser empresa estrangeira e a Distribuidora do Paraguai não estavam nessa lista. Tínhamos sete empresas já agarradas no pipeline e esse governo vai dar uma destravada nisso e jogamos mais nove empresas. O outro ativo à venda são os excedentes de ações do BB.

Os críticos dizem que esses ativos não podem ser considerados privatização porque não entram direto no caixa no governo?

Privatizar significa tornar privado o que era público. É isso que estamos fazendo. O dinheiro pode não ter entrado no caixa da União, mas entrou no caixa da Petrobrás que ela tem o controle.

Mas a expectativa era grande...

Não se consegue agradar a todos. Repara que colocamos alguns ícones: Correios, Telebrás, Serpro e Dataprev. Precisávamos saber a reação da sociedade, do Congresso. Temos o maior programa de privatização do mundo que será feito de forma cuidadosa, cautelosa, gradual e sem destruir valor. Essas empresas pertencem ao cidadão pagador de impostos e temos de ser zelosos.

A privatização da Petrobrás pode acontecer ainda nesse governo?

Tudo tem o seu tempo. Uma coisa que eu reparei é que à medida que nós vendemos essas seis empresas não teve greve, não teve burburinho. A sociedade está mais preparada. É fundamental analisar que nas urnas foi dado o mandato ao candidato Bolsonaro que falou todo o tempo em privatizações e redução do tamanho do Estado.

Mas a Caixa, BB e Petrobrás serão vendidas?

Qual a certeza que eu tenho que você vai trocar de carro no ano que vem? Está vendo o mercado internacional, o que está acontecendo nas bolsas, a complicação dos Estados Unidos e China, há um conjectura externa que implica no mercado brasileiro. Temos hoje uma esteira com 17 empresas, é um bom número num mercado conturbado. Dólar foi a R\$ 4, Bolsa cai. Estamos sendo prudentes e cuidadosos.

Poderá faltar investidor para comprar estatais nesse cenário?

Não é que pode faltar. Estamos sendo cautelosos para poder fazer a coisa certa. Não podemos colocar em risco um programa de quatro anos. Gostam muito de falar de joias da coroa. Vou dizer uma coisa: tudo tem o seu tempo. Hoje, no meu mandato (as empresas que estão no programa dele para privatizar), não constam BB, Caixa e Petrobrás. Põe um "ainda" aí para mim. Se um dia o ministro Guedes chamar: "Salim, por gentileza, privatiza tal empresa". Para fazer R\$ 1 trilhão, eu teria de vender.

O sr. já disse que, se pudesse, privatizava todas.

Repetindo o que presidente Bolsonaro falou num Twitter que quer "tirar do Estado tudo que puder ir para a iniciativa". É o presidente falando.

O sr. pode falar quais serão as próximas empresas a serem privatizadas?

Não tem ainda. Esse governo não acaba em 31 de dezembro de 2019. Nós queremos ser céleres, mas não afoitos. A afoiteza pode custar demais para o cidadão brasileiro. Temos que ser cuidadosos. Temos hoje um pipeline (lista) de 17 empresas. Já é muita coisa. Vem mais! Tem outro PPI daqui a pouco.

As empresas do primeiro grupo são mequetrefes como apontam os críticos?

Não. Dataprev, Serpro? São empresas que têm prestado um serviço relevante. Telebrás e Correios? O Correios é uma empresa centenária, com 100 mil funcionários, não pode ser um empresa mequetrefe.

Qual a joia desse primeiro grupo que pode dar mais dinheiro?

A expectativa é que Correios deva ser a empresa em que obteremos maior resultado.

Mesmo com rombos tão grandes?

Sim. Mas tem um ativo

A estratégia é vender todos os Correios ou desidratar por dentro?

A lei brasileira diz que, quando o Estado deseja vender uma empresa, coloca no PPI. Ele aprova. Depois vai para o Plano Nacional de Desestatização e depois vai para o BNDES. Isso sim que vamos saber do BNDES mais a frente quais as alternativas. Não temos ainda o caminho.

O presidente Bolsonaro foi bastante resistente à privatização dos Correios, principalmente por causa da área militar. Ele mudou? Antes ele, talvez, tivesse ponto de vista como deputado. Hoje, ele é presidente. A responsabilidade dele é diferente.

Ele mostrou resistência já na cadeira de presidente...

Ele falou que iria privatizar os Correios. O presidente está num crescendo, mudando sempre para melhor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 23/08/2019****Seção: Especial****Autor: Diogo Schelp****Título: Salles quer criar força-tarefa para Amazônia com empresas e ONGs**

Entrevista : RICARDO SALLES

Ministro do Meio Ambiente diz que desmatamento não pode ser atribuído a Bolsonaro

São Paulo | uol- O Ministério do Meio Ambiente quer criar a Força-Tarefa Pró-Amazônia, reunindo Ministério da Defesa, Polícia Federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), Agência Nacional de mineração, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria de Patrimônio da União.

Além de entidades do terceiro setor ligadas à preservação da Amazônia, a força-tarefa incluirá empresas e associações com interesses econômicos na região, como madeireiras e mineradoras.

O objetivo, disse o ministro Ricardo Salles ao UOL, é "olhar a questão do desmatamento da Amazônia como um todo, em todas as frentes, e transformar em realidade a história de que floresta em pé vale mais do que floresta deitada".

Ele prevê reuniões quinzenais e espera que as primeiras medidas sejam anunciadas dentro de um mês.

O anúncio da iniciativa governamental ocorre no contexto de uma crescente deterioração da imagem preservacionista do Brasil no exterior.

Pesaram para isso o aumento nos índices de devastação da Amazônia, as críticas feitas pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) e por Salles à Alemanha e à Noruega (principais doadores do Fundo Amazônia) e a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão que monitora o desmatamento Plano Salles

A nova força-tarefa, afirma Salles, atuará em três frentes.

A primeira buscará soluções para desenvolver economicamente a Amazônia Legal, onde residem 20 milhões de pessoas. A segunda vai adicionar um novo sistema de monitoramento e controle do desmatamento aos já existentes, fornecidos pelo Inpe. A terceira reforçará as operações de fiscalização para coibir e punir as atividades ilegais que causam dano à floresta.

Os objetivos e a forma de atuação da força-tarefa se assemelham a um programa já existente no âmbito do ministério, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), de 2004.

Ela é uma iniciativa que congrega diversos ministérios e está estruturado em quatro eixos: ordenamento fundiário e territorial; monitoramento e controle ambiental; fomento às atividades produtivas sustentáveis; e instrumentos econômicos e normativos. Representantes de organizações ambientalistas reclamam que Salles não está dando continuidade a esse plano.

Para o ministro, a pressão para destruir a Amazônia ilegalmente persistirá enquanto não houver alternativa econômica para explorar suas riquezas de forma sustentável, protegendo o bioma e dando emprego à população da região.

"Precisamos ter um foco grande na participação do setor privado na bioeconomia da floresta e, para isso, precisamos que as empresas nos digam por que não investem na Amazônia", diz Salles.

Ele dá o exemplo das indústrias farmacêutica e de cosméticos, que poderiam montar na região laboratórios dedicados a pesquisar a biodiversidade amazônica para o desenvolvimento de produtos. "Até hoje, as empresas nacionais e internacionais não fizeram isso, e precisamos entender os gargalos que limitam esse tipo de investimento."

Como parâmetro do que precisa ser feito, Salles cita o conceito de "Amazônia 4.0" de Carlos Nobre, pesquisador do Inpe, e que consiste em aproveitar o potencial econômico da Amazônia com tecnologia e sem desmatamento.

"Há um entendimento de que não há necessidade de aumentar a área plantada, que é possível pegar as antigas pastagens, que estão degradadas, e fazer uso intensivo do solo que já está aberto", diz o ministro do Meio Ambiente.

Fundo Amazônia

Salles atribui a polêmica em torno do Fundo Amazônia à sua preocupação com a falta de participação da iniciativa privada nas soluções para a preservação da floresta.

Na semana passada, em meio a críticas de Bolsonaro e de Salles ao passivo ambiental da Noruega e da Alemanha, os dois países, que são os maiores financiadores do fundo, suspenderam suas doações.

"O Fundo Amazônia não trouxe o setor privado para dar continuidade às políticas públicas e às cadeias produtivas. Sem o setor privado, nenhum

investimento vai ser duradouro. Estaremos apenas criando uma demanda artificial e, quando o recurso público for retirado, a iniciativa morre", diz Salles.

Segundo ele, diversas ações bancadas com o dinheiro do fundo não estavam tendo resultados e serviam apenas para transferir dinheiro para organizações ambientalistas.

"Nós nos deparamos com uma grande dificuldade em ter ingerência mais efetiva do governo sobre o tipo de projeto que era adotado e na mensuração dos resultados", diz. Salles considera natural a suspensão das doações por Noruega e Alemanha, enquanto as normas estão em discussão.

"Ou chegamos a um bom termo e o fundo retoma suas atividades readequado a essa visão de maior eficiência, maior transparência e maior resultado para suas ações; ou não chegamos a bom termo, e os recursos do Fundo Amazônia não vêm mais."

Garimpos legais

Salles defende que é preciso regularizar atividades produtivas na Amazônia para que, sob regras ambientais claras e com segurança jurídica, elas deixem de causar danos.

Isso pressupõe fazer a regularização fundiária e "realizar o aproveitamento mineral da região da Amazônia de maneira sustentável".

"Legalização" é a palavra que o ministro utiliza para apontar a solução para o garimpo ilegal. "Existem mais de 800 garimpos ilegais na Amazônia, atuando há 20 anos. Como reverter isso: regularizar, legalizar. Tirar essas atividades das margens da lei."

Desmatamento

Ricardo Salles confirma que o ministério está nos últimos preparativos para contratar um novo sistema de monitoramento por imagens de satélites da região amazônica, para fornecer informações rápidas sobre as atividades ilegais de destruição da floresta.

Desde que assumiu o cargo, ele tem feito críticas ao monitoramento do Inpe, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. No início do mês, Ricardo Galvão, diretor do órgão, foi demitido ao reagir à afirmação, feita por Bolsonaro, de que os dados sobre desmatamento divulgados pelo instituto eram mentirosos.

O presidente questionou especificamente os dados de desmatamento medidos pelo Deter, um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia, que serve para identificar onde estão ocorrendo atividades ilegais a tempo de a fiscalização intervir.

O Deter apontou aumento de cerca de 88% na área de desmate em junho deste ano em comparação com o mesmo mês de 2018 e de 278% no mês passado, em comparação com julho de 2018.

Ainda que o Deter não seja a ferramenta apropriada para apontar taxas consolidadas de desmatamento, costuma ser usado como parâmetro da tendência na devastação.

O Inpe dispõe de outro indicador, o Prodes, que dá o consolidado anual. De agosto de 2018 a julho de 2019, ele aponta salto de 40% no desmatamento. Salles contesta também esses números.

"O Imazon [Instituto do Homem e do Meio Ambiente], que é uma ONG e não tem nada a ver com o governo, diz que o aumento do desmatamento anual foi de 15% de julho/agosto de 2018 a julho/agosto deste ano", diz Salles.

Os sistemas do Inpe e do Imazon, porém, não são comparáveis, pois usam metodologias diferentes de processamento dos dados. E, apesar das discrepâncias, eles apontam de maneira inequívoca é que o ritmo da devastação da floresta segue aumentando.

"Há um aumento contínuo do desmatamento, que vem de 2012 até agora. Ninguém está negando um aumento do desmatamento, mas é errado imputar esse crescimento ao governo Bolsonaro", afirma.

Monitoramento privado

O governo pretende adotar um novo sistema de monitoramento, nos moldes do oferecido por uma tecnologia americana disponibilizada no Brasil pela empresa Santiago & Cintra. O sistema utilizado é o Planet, que produz imagens mais detalhadas e com maior frequência do que as do Inpe.

"O Deter não se presta a medir volume de desmatamento, não é preciso e não faz comparações. Para saber se o desmatamento aumentou, é preciso comparar a mesma área em tempos diferentes. O Deter não faz isso", insiste Salles. Ele alega, porém, que os levantamentos do Prodes e do Deter continuarão sendo realizados. A eles se somará agora o novo sistema privado.

VEÍCULO: O Globo**Data: 23/08/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Fim da partilha é bom para o país e a Petrobras**

É preciso apressar a exploração do pré-sal, diante do avanço do uso de fontes "limpas" de energia

Assunto que frequentou a campanha eleitoral, a privatização da Petrobras, tema que costuma sofrer interdições de fundo ideológico, ganha mais consistência. Em entrevista à GloboNews, o ainda candidato Jair Bolsonaro admitiu a venda da companhia, embora se declarasse contra. Agora, o lançamento de uma relação de 17 estatais a serem colocadas à venda reacquece o assunto. Mais do que isso, a equipe econômica espera fazer a operação até 2022, quando acaba o mandato do ex-capitão, segundo o jornal "Valor Econômico"..

Trata-se de uma grande polêmica, que passará necessariamente pelo Congresso, conforme a determinação do Supremo de que a privatização de "empresas-mãe" precisa do aval do Legislativo. Não é o caso das subsidiárias.

Mas, entre a venda da estatal-símbolo e a inércia, há muito a ser feito. A própria Petrobras planeja passar adiante refinarias, também como forma de estimular a competição no mercado de combustíveis. Em julho, por meio do mercado acionário, a estatal já se desfez do controle da BR, a maior distribuidora do mercado, faturando mais de R\$ 9 bilhões, destinados a abater o ainda elevado endividamento da petroleira e a reforçar investimentos no pré-sal, o mais importante negócio para a empresa. Há ainda a venda de empresas da área de gás.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defendeu na terça-feira, em evento no Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), o fim do modelo de partilha, que passou a ser usado na cessão de áreas do pré-sal para exploração, no governo Dilma Rousseff. Esta é mais uma das medidas que podem ajudar bastante a empresa e o país desde já, à margem da privatização da companhia.

A adoção deste modelo foi um festival de equívocos. Um deles, o fato de retirar o Brasil durante anos do mapa dos grandes leilões mundiais para exploração, enquanto a mudança era detalhada em Brasília e no PT. Perdeu-se assim um ciclo importante de alta nas cotações internacionais do petróleo — o barril ultrapassou a barreira dos US\$ 100 —, o que sempre aumenta a atratividade desses leilões.

Confirmada a potencialidade do pré-sal em 2007, o primeiro leilão só veio a ser realizado em 2013, da área batizada de Libra. Para confirmar a baixa atratividade do modelo, só um consórcio fez lance, com a participação da Petrobras. Mesmo assim, o bônus de assinatura rendeu à União R\$ 15 bilhões, sem considerar a parcela de óleo que será cedida durante a produção. Porém, poderia ter sido mais se tivesse havido concorrência no certame.

A não utilização do sistema de concessão no pré-sal — em que são feitos lances e ganha quem oferecer mais, sem outras complicações —, substituído pela partilha, se deveu ao poder de atração deste modelo sobre o lulopetismo. A maior ingerência do Estado no negócio foi decisiva para o PT optar pela mudança. Criou-se inclusive outra estatal para administrar o óleo compartilhado, e chegou-se a estabelecer o monopólio da Petrobras na operação das áreas, ainda com a participação compulsória da empresa de no mínimo 30% em todos os consórcios.

Sequer capacidade financeira a estatal teria para assumir estes encargos, porque já se endividara muito em grandes projetos de frágil sustentação técnica. A partir do pré-sal, criou-se ainda um programa de reserva de mercado para a substituição de importações de equipamentos, incluindo navios e plataformas. Ele provocaria um rombo bilionário na estatal e em sócios privados. Mas permitiu a geração de comissões para o esquema de corrupção montado pelo lulopetismo na empresa, junto com empreiteiras.

No governo de Michel Temer, o monopólio operacional, com o qual nem a Petrobras concordava, e a participação compulsória foram extintos. Falta, como propõe Castello Branco, acabar com o modelo de partilha.

Já se perdeu muito tempo para se explorar o pré-sal. A consciência da imperiosidade da redução do uso de combustíveis fósseis, para ajudar a mitigar o aquecimento global, reduz a longevidade do petróleo como fonte de energia. Se demorar muito a explorar as novas reservas, há o risco de o Brasil ficar com este petróleo debaixo da terra, sem gerar renda e empregos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/08/2019

Seção: Economia

Autor: DANIEL GULLINO

Título: Presidente: governo 'estuda privatizar qualquer coisa'

Bolsonaro afirma que só tomará uma decisão em relação à venda da Petrobras quando lhe apresentarem uma proposta

BRASÍLIA E SÃO PAULO- O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que "estuda privatizar qualquer coisa no Brasil", incluindo a Petrobras. Mas ressaltou que só tomará uma decisão em relação à estatal quando lhe for apresentada uma proposta.

— Vamos ver a proposta que vai chegar até mim, daí eu falo. Paulo Guedes não mostrou ainda — disse Bolsonaro, na saída do Palácio da Alvorada.

Ao ser perguntado se não descarta, então, a venda da Petrobras, Bolsonaro respondeu: — Tudo o governo estuda. Precisamos nos preparar para qualquer coisa. Estuda privatizar qualquer coisa no Brasil. Tudo é estudado, tudo é levantado, tudo é discutido. Você vai ter que analisar custo benefício, o que é bom para o Brasil e o que não é.

Na quarta-feira, foi anunciada uma lista com 17 empresas que o governo pretende privatizar. A Petrobras não estava nela, mas o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que o governo realizará estudos objetivos para analisar a possibilidade de privatização da estatal petrolífera.

A ideia tem o apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes. A iniciativa, no entanto, encontra resistência no **Ministério de Minas e Energia**, ao qual a empresa é vinculada.

Bolsonaro também reclamou do preço do combustível, afirmando que a queda na refinaria não chega à população: — Quero saber por que diminui o preço na refinaria, e na bomba não diminui. O que tem de fazer para esse preço chegar na ponta. Está havendo cartel, não está, não sei. Não posso acusar sem ter mais informações. Mas é uma realidade. Não tem diminuído o preço na ponta.

O presidente negou, contudo, que isso seja uma interferência na empresa: — Em nenhum momento eu falei "abaixa o preço, aqui, lá, acolá". É uma coisa que o povo todo, nas minhas redes sociais, tem reclamado.

Na campanha eleitoral, Bolsonaro chegou a admitir a privatização da Petrobras para conter a alta nos preços dos combustíveis.

"NINGUÉM FALOU COMIGO"

Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que não falará sobre suposições. Disse não achar adequado falar da privatização da Petrobras neste momento: — Ninguém falou comigo de Petrobras. Não parece esse o caminho (venda de fatia da União) para uma empresa de capital aberto. Isso não foi informado ao mercado, à sociedade — afirmou, durante evento em São Paulo.

Colaborou Ana Paula Ribeiro

MME / ASCOM .